

Ata nº 50 / XIII / 2.ª SL

Aos dezoito dias de outubro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

- 1. Informações gerais**
- 2. Apreciação e votação do Parecer do Projeto de Lei n.º 267|XIII|1ª (PCP)-** Revoga a propina do Ensino de Português no Estrangeiro (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto) e **do Projeto de Lei n.º 271|XIII|1ª (BE)** - Revoga a propina do ensino de português no estrangeiro e estabelece a gratuidade dos manuais escolares nos Cursos do EPE (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto)
- 3. Apreciação e votação do Parecer Proposta de Resolução n.º 17/XIII/1ª** Aprova o Acordo de Aviação Euromediterrânico entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Governo do Estado de Israel, por outro, assinado no Luxemburgo, em 10 de junho de 2013
- 4. Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 20/XIII/2ª** - Aprova o Acordo de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Helvética, por outro, sobre os Programas Europeus de Navegação por Satélite, assinado em Bruxelas, em 18 de dezembro de 2013.
- 5. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO** dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz **COM(2016)230**
- 6. Apreciação e votação do Relatório da Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à aplicação provisória do Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro **COM(2016)470**

7. Apreciação e votação do Relatório da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 230/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento para a estabilidade e a paz - **COM(2016) 447**

8. Aprovação de atas

- Ata n.º 45/XIII/2ª, da reunião de 22 de setembro de 2016
- Ata n.º 46/XIII/2ª, da reunião de 23 de setembro de 2016

9. Outros assuntos

Iniciada a sessão, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados. Relativamente ao Ponto I da OD, o Senhor Presidente informou quanto Às matérias seguintes:

- Audição, por requerimento do PS, do Senhor Secretário de Estado das Comunidades: foi por este proposta a data de 17 de novembro (5ª feira), de manhã. A CNECP contrapropôs o dia 16 (4.ª feira), pelas 10.30 horas. A Comissão aguarda resposta.
- A delegação da Organização da Unidade Sindical Africana - OUSA, já não poderá deslocar-se a Portugal, em Outubro, cf. o previsto, devido a problemas com os vistos; sugerem a transferência da reunião para 22 de novembro, no formato Mesa e Coordenadores, para as 15h00?
A sugestão foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.
- O Presidente do Parlamento de Timor-Leste vai estar de visita oficial a Portugal e estará no Parlamento no próximo dia 20 de outubro, 5.ª feira, onde será recebido pelo Presidente da Assembleia da República, ao que se seguiria uma sessão com a Comissão, pelas 12.30 horas, no formato Mesa e Coordenadores.

Discutida a matéria, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes a realização da sessão, na data e hora sugeridas.

- Uma delegação do Parlamento do Reino Unido estará em Portugal de 6 a 8 de novembro, solicitando audiência com a CNECP. Da agenda, constariam os seguintes tópicos: Cooperação com a África lusófona, relações Portugal-Reino Unido e implicações do resultado do referendo britânico.

Foi sugerida a data de 8 de novembro, pelas 14h30 horas, no formato Mesa e Coordenadores.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)**, para questionar acerca da composição da delegação britânica

Em resposta, o **Senhor Presidente** passou em revista a composição da delegação, de acordo com a documentação facultada pelos Serviços.

Votada a proposta, foi a mesma aprovada, conforme o sugerido, por unanimidade dos Deputados presentes.

- Foi apresentada a proposta de grelha de tempos para as audições dos Membros do Governo (discussão do Orçamento), e que é a seguinte:
 - Exposição inicial: até 15 minutos.
 - 1.ª ronda de perguntas: 8 minutos por Grupo Parlamentar e 8 minutos de resposta individualizada.
 - 2.ª ronda de perguntas: 5 minutos por Grupo Parlamentar e possibilidade de intervenção de 2 minutos por Deputada/o. Resposta conjunta (tempo igual ao conjunto das intervenções).

- 3.^a ronda de perguntas: 3 minutos por Grupo Parlamentar e 10 minutos para resposta final.

A proposta colheu o assentimento de todos os Deputados dos diferentes Grupos Parlamentares com assento na Comissão.

Relativamente ao **Ponto 2.** da OD, foi concedida a palavra ao **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para apresentação dos Pareceres de que foi autor relativamente às iniciativas legislativas identificadas supra. Começou por justificar a decisão de proceder à avaliação conjunta de ambas as iniciativas em presença, dada a respetiva identidade temática. Assim, após resumir as medidas propostas, aludiu aos diversos pareceres entretanto solicitados e efetivamente recebidos. Na sua opinião, segundo referiu, a decisão política tomada em 2012 relativamente à introdução de uma propina em setores do ensino português no estrangeiro deveu-se à absoluta necessidade, então sentida, de se adotarem com urgência medidas de requalificação desta área de ensino ao mesmo tempo que se verificava uma significativa redução das verbas orçamentadas em resultado das dificuldades económicas então sentidas. Mais referiu que a receita resultante da adoção desta propina, num valor de cerca de 1,4 milhões de euros, foi fundamental para a criação de mecanismos de avaliação e de certificação das aprendizagens de acordo com padrões internacionais consagrados no Quadro Europeu de Línguas, para o lançamento de um Programa de Incentivo à Leitura e para o desenvolvimento de medidas de enquadramento e apoio ao ensino da Língua Portuguesa nos países até aí mal cobertos pela rede do EPE.

A contextualização desta medida é muito importante uma vez que compete ao atual Governo ponderar hoje se tem ou não condições para abdicar da receita desta propina, a qual, segundo afirmou, tem absoluto enquadramento constitucional e legal, mas pode politicamente ser plenamente discutida. A questão que hoje se colocará é saber se, num contexto político em que o Governo passou a distribuir gratuitamente os manuais escolares aos alunos do ensino básico e em que decidiu devolver integralmente, ao longo do corrente ano, os cortes salariais impostos à administração pública no contexto da crise económica, faz sentido manter as propinas na rede do Ensino Português no Estrangeiro e nas próprias Escolas Portuguesas no Exterior, pelo menos relativamente aos alunos portugueses que as frequentam. A concluir, defendeu que ambas as iniciativas reúnem condições para serem apreciadas e votadas, na generalidade, em sessão plenária.

Interveio o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, saudar o autor do Parecer pelo seu trabalho, designadamente por ter usado a prerrogativa de opinar acerca das iniciativas em presença. Lamentou não ter o BE, ainda, força política suficiente para tornar plenamente efetiva a sua iniciativa.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar o autor do parecer pelo trabalho produzido, de teor analítico bastante interessante. Salientou a convergência de sentido dos diversos pareceres recebidos, tendo considerado tratar-se de matéria extremamente relevante para o dia-a-dia das comunidades portuguesas no estrangeiro. Relembrou que a criação esta propina coube ao anterior Governo e, em particular, ao anterior Secretário de Estado, José Cesário. Pessoalmente, referiu, sempre defendeu a abolição desta propina, embora não seja nesta matéria acompanhado pelo Governo, dadas as dificuldades orçamentais existentes. E solicitou ao PSD que pudesse esclarecer qual a sua posição, hoje, acerca desta matéria.

Interveio o **Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para saudar a lucidez do autor do parecer no trabalho realizado, bem como a opinião manifestada no mesmo, tendo salientado o interesse político desta sessão. Referiu que a posição evidenciada pelo PS inaugura um novo tipo de “geringonça”. Se no primeiro orçamento da legislatura o PS nada fez, neste, nada se refere. E o Governo, apesar de ter contabilizado 33% dos votos, manteve a propina. Concluindo, perguntou afinal, qual é presentemente a posição do PS acerca desta matéria.

Retomou a palavra o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para agradecer os cumprimentos recebidos. Sublinhou ter sido seu mote na apreciação destas iniciativas, imperativos de objetividade capazes de formatar o debate sobre esta matéria, num momento em que se vai discutir o próximo orçamento de Estado. Salientou a disponibilidade, aparente, manifestada pelo BE para integrar um futuro Governo. Relembrou que, segundo era opinião do Senhor Deputado Paulo Pisco, a introdução da propina equivalia a um “esmifrar” das comunidades portuguesas, tendo lembrado que já em 2012 existiam propinas instituídas em escolas portuguesas no estrangeiro e em escolas associativas.

Retorquiu o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** que o parecer em análise mantém em aberto a possibilidade de a propina vir a ser abolida. Relembrou que o anterior Governo aboliu 220 lugares de professor e alertou o Governo atual para esta situação, dado discordar da manutenção da propina. Terminou, realçando que os partidos que atualmente suportam parlamentarmente o Governo tem todo o direito de apresentarem as suas iniciativas legislativas e outras.

Interveio o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para interpelar a Mesa acerca da interpretação da posição do PS, a qual não conseguiu apreender.

Interveio o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para sublinhar o teor da passagem do seu parecer onde, com clareza, pensa ter expressado de forma clara a sua posição. Existissem outros recursos à sua disposição e daria muito mais às comunidades portuguesas. Porém, há que ter responsabilidade nesta e noutras matérias. Salientou que o objetivo do anterior Governo foi o de alargar a rede escolar no estrangeiro (50 mil lugares à chegada e 78 mil no final), resultado para o qual muito contribuiu a receita da propina. O atual Governo assumiu não ter, para já, disponibilidade financeira para abandonar a propina e o PSD respeita a opção.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Passando ao **Ponto 3.**, foi novamente concedida a palavra ao **Senhor Deputado José Cesário (PSD)**, desta feita, para apresentação do Parecer de que foi autor o Senhor Deputado Carlos Páscoa que não pôde estar presente nesta sessão. Situou o âmbito e objeto da matéria em apreço, que se inscreve no âmbito da Parceria Euro-mediterrânica prevista na Declaração de Barcelona de 28 de novembro de 1995 (Conferência Ministerial Euro-mediterrânica de Barcelona de 27 e 28 de novembro), que, dando voz às orientações expressas em anteriores Conselhos Europeus, decidiu que a União Europeia estabelecesse um novo quadro de relações com os países da bacia mediterrânica, associando estreitamente os aspetos económicos e de segurança e uma dimensão social, humana e cultural. Depois de analisar o teor da Proposta, opinou no sentido de que sendo *«(...) Portugal membro da União Europeia e Israel um Estado com o qual temos relações bilaterais, a assinatura de um Acordo deste tipo é, naturalmente, importante no plano económico em geral e no setor da aviação civil e comercial em concreto. Por outro lado, o Acordo poderá contribuir para uma melhoria das condições de transporte de passageiros e mercadorias entre a União e Israel, o que traz benefícios evidentes para os cidadãos por ele abrangidos.(...)»*. Motivos pelos quais considerou perfeitamente justificada a aprovação

desta iniciativa, a qual, segundo entendeu, reúne condições para poder ser votada em Plenário, nos termos regimentais aplicáveis.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para saudar o autor do parecer pelo trabalho realizado.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por maioria dos votos dos Deputados presentes, tendo-se registado a abstenção do BE.

No **Ponto 4.**, tomou a palavra a **Senhora Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentar o seu Parecer relacionado com a Proposta de Resolução ali identificada. Começou por enquadrar a medida, resumindo o respetivo âmbito e objeto. Procedeu à análise da medida e emitiu a sua opinião, nos termos que podem ser integralmente consultados [aqui](#).

Concluiu, afirmando que a iniciativa em presença reunia condições para poder ser apreciada e votada em Plenário.

Interveio o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para felicitar a autora pela qualidade do trabalho que efetuou.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 5.** da OD, a apresentação do Relatório em causa em Comissão foi transferida para a sessão seguinte, a pedido do Relator.

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra à **Senhora Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentação do seu Relatório acerca da Proposta de Decisão do Conselho relativa à aplicação provisória do Acordo Económico e Comercial Global (CETA), tendo começado por enquadrar a iniciativa quanto ao seu objeto e finalidades. Relembrou ter sido solicitado que o Tribunal de Justiça Europeu se pronunciasse acerca da natureza jurídica deste Acordo, aparentemente idêntico ao celebrado com Singapura. Na dúvida e enquanto a resposta não é conhecida, a União classificou-o como “Acordo de natureza mista”. Relembrou que a Bélgica, a Bulgária e a Roménia impediram recentemente a aplicação imediata do Acordo, embora provisoriamente. Concluiu, que o Relatório sob análise reúne

condições para poder ser, uma vez aprovado, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus.

Interveio o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para saudar a qualidade e profundidade do trabalho realizado pela relatora. Aproveitou para solicitar informações adicionais acerca da questão da pesca do bacalhau no Canadá, designadamente, se os termos do Acordo previsto faz alguma alusão a esta questão, na medida em que tenha a ver com a salvaguarda dos interesses nacionais.

Interveio o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para saudar o trabalho produzido pela Relatora. Além de assumir que o BE é muito crítico do CETA, manifestou preocupação pela suscetibilidade de empresas multinacionais poderem vir a aproveitar a aprovação, ainda que provisória, deste Acordo, como forma de tornear a reprovação recente do *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP). Antecipou que o BE votará contra o Relatório.

Usando da palavra, o **Senhor Presidente** saudou o trabalho produzido pela Relatora, versando matéria que talvez configure das matérias mais importantes que irão ser discutidas na presente legislatura, na 2.ª Comissão.

Interveio a **Senhora Deputada Lara Martinho (PS)** para esclarecer que não encontrou no texto do Acordo que percorreu, qualquer relação à questão concreta da pesca do bacalhau, tendo prometido que em próxima sessão, facultará informação mais atualizada acerca desta matéria.

Submetido a votação, o Relatório em apreço foi aprovado por maioria dos votos expressos, com a abstenção do BE.

Passados ao **Ponto 7.** da OD, tomou a palavra o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para apresentação do seu Relatório referente À Proposta de Regulamento ali identificada. Assim, começou por enquadrar o Âmbito e objetivo da medida proposta, tendo

salientado que, por princípio, o BE é contra a utilização de forças militares contra refugiados. Contudo, a aferição que se pretende levar a efeito, versa apenas sobre a conformidade da medida em face dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade, relativamente aos quais, apesar de algumas reservas, nada há a referir. Concluiu que o Relatório reúne condições para poder ser, uma vez aprovado, remetido à 4.ª Comissão.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para saudar o trabalho realizado, frisando, porém, não partilhar da opinião manifestada pelo Relator e pelo BE de que o instrumento em causa, destinado a promover a paz, possa ou venha a poder ser utilizado para fins contrários aos previstos.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No âmbito da matéria descrita no **Ponto 8.** da OD, foi apreciado o teor das atas supra identificadas, as quais, uma vez submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 9.**, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 36|XIII|2ª (GOV), que aprova as Grandes Opções do Plano para 2017: distribuído à Senhora Deputada Joana Lima (PS);

Proposta de Lei n.º 37|XIII|2ª (GOV), que aprova o orçamento do estado para 2017: distribuído ao Senhor Deputado José Cesário (PSD).

Foi lembrada a existência de uma data-limite para apresentação destes relatórios, que é 25 de outubro próximo.

Seguidamente, informou o **Senhor Presidente** que havia baixado à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, COM CONEXÃO à nossa Comissão, o Projeto de Resolução n.º 496/XIII/2ª (BE) que Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços diplomáticos para garantir o fim da poluição e a

descontaminação dos solos e aquíferos contaminados por derrames de hidrocarbonetos na base aérea das Lajes.

Sobre esta matéria, propôs o Senhor Presidente que a CNECP aguarde mais informação acerca do processo de apresentação e discussão por parte da Comissão competente, sem prejuízo de marcar desde já o seu interesse em acompanhar esta matéria, reservando-se, caso tal venha a ser decidido, a emitir competente Parecer.

De seguida, pediu a palavra o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, solicitando que, na sequência da recente audiência à Associação “Também Somos Portugueses”, relativamente à previsão em sede de Plano de Atividades para a 2.^a sessão legislativa, de uma conferência sobre a Lei Eleitoral.

Interveio o **Senhor Presidente da Comissão** para lembrar que, tanto quanto leu na Ata alusiva a esta audição (n.º 33-XII-1.^a sessão), a Comissão apenas se disponibilizou para apoiar a organização de semelhante evento no Parlamento, e não a organização de raiz do mesmo. Relembrou, ainda, que a Comissão não possui meios humanos para de *per si* assumir a organização de tal evento. Todavia, caso seja essa a decisão da Comissão, obviamente que os recursos da Comissão estarão sempre à disposição da iniciativa dos seus Deputados. Terminou, referindo que, nesta matéria, entende que a 1.^a Comissão, atenta a matéria envolvida, deve ter igualmente uma palavra a dizer acerca desta realização.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** para referir que o PS vai fazer constar este evento da sua proposta para o Plano de Atividades da corrente sessão legislativa, tendo proposto a criação de um Grupo de Trabalho, preferivelmente entre coordenadores, para assegurar a sua realização.

Interveio o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para anunciar que apresentará propostas específicas para este evento numa próxima sessão da Comissão.

Interveio o **Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** afirmando que a Comissão, aquando da audição à Associação em causa, criou algumas expectativas quanto

à realização deste evento. E lembrou que a Associação vai apresentar uma Petição acerca desta matéria, com a qual poderá ser então articulada a realização do mesmo.

Interveio o **Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que lembrou ter estado presente na referida audição. E que todos concordam com a existência do problema de fundo que o evento se proporia abordar. Embora a 2.^a Comissão possa ter iniciativa sobre esta matéria, parece ser, porém, a 1.^a Comissão, em função da matéria, a ter a tutela sobre processo eleitoral. E entende, finalmente, não existir qualquer obrigatoriedade em esperar pela apresentação de uma Petição para decidir organizar um evento como o pretendido. Entende que sobre esta matéria não pode deixar de ser ouvido o Governo, na pessoa da Senhora Ministra da tutela.

Interveio o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para lembrar estar em causa um debate essencial para as comunidades portuguesas, concordando, ainda, que a 1.^a Comissão seja chamada a participar.

Interveio o **Senhor Presidente** para propor o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares como coordenador deste Grupo de Trabalho ou, em alternativa, o Senhor Deputado Paulo Pisco.

Intervieram os **Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e Paulo Pisco (PS)**, o primeiro para manifestar impossibilidade em aceitar a sugestão e o segundo para aceitar o encargo em apreço.

Retomou a palavra o **Senhor Presidente** para anunciar que vai remeter ao seu homólogo da 1.^a Comissão convidando-o a associar-se a esta iniciativa, preferencialmente, através ou do alargamento do Grupo de Trabalho a instituir que passaria a ser conjunto, ou pela criação de um Grupo idêntico no âmbito da respetiva Comissão.

Pediu a palavra o **Senhor Deputado José Cesário (PSD)** para transmitir a sua preocupação e do seu Grupo Parlamentar, sobre o caso divulgado na TVI sobre crianças estrangeiras que, no Reino Unido, são dadas para adoção, matéria sobre a qual o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas deve ser ouvido, preferencialmente, já no âmbito da audição que irá ter proximamente lugar na Comissão.

Nada mais havendo a discutir ou tratar, o **Senhor Presidente** deu a sessão por encerrada pelas 17 horas e quarenta minutos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161018.mp3

Palácio de S. Bento, 18 de outubro de 2016

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Carla Sousa
Fernando Negrão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 23/11/2016.